

NEGATIVIDADE NO RECONHECIMENTO: O DEBATE ENTRE JESSICA BENJAMIN E JUDITH BUTLER

Virginia Helena Ferreira da Costa ¹

Resumo

O presente texto pretende articular posicionamentos referentes ao campo da filosofia, estudos de gênero e psicanálise (principalmente freudiana), debruçando-se sobre o debate profícuo entre Jessica Benjamin e Judith Butler. Nossa pretensão é não somente aclarar o emprego de conceitos centrais na obra de ambas – como o de reconhecimento, não-identidade, subjetivação, masculinismo, heterossexismo – através das leituras psicanalíticas e teóricas críticas que as norteiam. É também nosso objetivo demonstrar como se organizam os pensamentos das autoras relativamente à noção de negatividade em posicionamentos mais ou menos dialéticos, que se traduzem na escolha de vinculação a “linhagens” teóricas bastante específicas.

Palavras-chave: Reconhecimento; Feminismo; Negatividade; Psicanálise; Teoria crítica.

NEGATIVITY IN RECOGNITION: THE DEBATE BETWEEN JESSICA BENJAMIN AND JUDITH BUTLER

Abstract

This text intends to articulate positions referring to the field of philosophy, gender studies and psychoanalysis (mainly Freudian), focusing on the fruitful debate between Jessica Benjamin and Judith Butler. Our intention is not only to clarify the use of central concepts in the work of both - such as recognition, non-identity, subjectivity, masculinism, heterosexism - through readings from Psychoanalysis and Critical Theory that guide them. It is also our objective to demonstrate how the authors' thoughts regarding the notion of negativity are organized in more or less dialectical positions, which is translated into the choice of linking to very specific theoretical “lineages”.

Keywords: Recognition; Feminism; Negativity; Psychoanalysis; Critical theory.

1. Introdução

A relação teórica entre Jessica Benjamin e Judith Butler se mostra profícuo sob diversas perspectivas. Estando ambas as autoras inseridas no interior do escopo da teoria crítica contemporânea, debatedoras de estudos de gênero e

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche em New School for Social Research profissional. Pós-Doutorado em Filosofia, em andamento, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



que se voltam, em níveis variados, ao campo da psicanálise, a consonância de tantos domínios do saber nos leva a analisar as trocas conceituais entre elas trilhando diversos caminhos.

Nos estudos da psicanálise, vemos tomarem corpo duas correntes bastante distintas de escolas teórico-clínicas: a de um pensamento relacional intersubjetivo centrado na importância psicanalítica da mãe pré-edípica (que se mostrava opaca no pensamento psicanalítico clássico) e suas decorrências; e a de um retorno bastante específico a leituras freudianas e lacanianas com enfoque geral no trabalho do inconsciente, nos desejos e sexualidade humana, além da constituição do Eu a partir de múltiplas identificações e recusas de identificações.

No campo das teorias feministas, de um lado, constrói-se um pensamento que promove um questionamento antiessencialista não só sobre os masculinismos decorrentes da universalização cultural do sujeito homem, mas também uma exposição alternativa não dominadora e essencialmente feminina das relações intersubjetivas; de outro lado, contudo, haveria uma problematização mais profunda do binarismo já discutido anteriormente, mas ainda não suficientemente contestado, levando à edificação de uma teoria de gênero que pretende superar a heteronormatividade.

Já relativamente ao campo da teoria crítica, desenvolve-se um debate em torno de críticas a Jürgen Habermas, o principal nome da segunda geração: se ambas as autoras são críticas ao teórico, é discutido até que ponto Benjamin acaba por dar continuidade a uma leitura relacional e de reconhecimento bastante calcada em uma vertente comunicacional mútua e cooperativa entre sujeitos; em outro âmbito, entretanto, vemos uma ruptura bastante demarcada com os princípios comunicacionais habermasianos e um certo retorno ao pensamento dialético e pós-repressivo centrado na plástica do inconsciente.

Contudo, a separação da análise do debate Benjamin-Butler entre os aspectos psicanalítico, feminista e teórico crítico só pode ser produzida para fins metodológicos de leitura e interpretação. Como pretendemos demonstrar ao longo de nossa exposição, tais perspectivas estão entrelaçadas em seus respectivos *corpus* teóricos bastante coesos em si. As divergências parciais entre seus pensamentos – possíveis de serem aproximados quanto aos objetivos e problemáticas de suas teorias – decorrem de compreensões de formas de constituição subjetiva e relações dominadoras com a alteridade.

Tais temas são encontrados em alguns textos de debate direto entre Benjamin e Butler. São eles: o capítulo final do livro de *Shadow of the Other – intersubjectivity and gender in psycho-analysis* (1998), onde Benjamin comenta diversas teorias feministas, inclusive a de Butler; a reação de Butler a tais comentários publicada originalmente em 2000 e traduzida para o português em 2016 intitulada “Anseio de reconhecimento: comentário sobre a obra de Jessica Benjamin”; por fim, a tréplica benjaminiana de título “Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler” publicada em 2012. Ao longo de todo o nosso artigo, recorreremos a tais textos centrais, fazendo

alusão, sempre que necessário, a outros aspectos das teorias das autoras situados em livros de maior circulação geral nos debates feministas.

2. Entre o sujeito descentrado e o *self* cindido

As diferenças teóricas psicanalíticas entre ambas as autoras podem ser introduzidas a partir da concepção do que cada uma entende ser o sujeito formado desde a infância em suas interações humanas.

Começamos com Benjamin, que desenvolve sua visão psicanalítica relacional desde os anos 1970, principalmente em *Bonds of love*, de 1988. Partindo de uma crítica à importância quase que exclusiva que Freud atribui ao complexo de Édipo (centralizado na figura paterna) relativamente à formação da subjetividade, a autora mobiliza a sua arquitetura conceitual a partir de experiências pré-edípicas, baseadas na díade relacional entre mãe e bebê:

Essa reorientação teve muitas repercussões: deu à díade mãe-filho uma importância no desenvolvimento psíquico que rivaliza com o triângulo edipiano e, conseqüentemente, estimulou uma nova construção teórica do desenvolvimento individual. (...) Onde antes a psique era concebida como um campo de força de pulsões e defesas, agora ela se tornou um drama interno do Eu e dos objetos (como a psicanálise denomina a representação mental dos outros). Inevitavelmente, o foco no Eu e em seus relacionamentos com os objetos internos levou a um maior interesse na ideia de *self* e, de maneira mais geral, no relacionamento entre *self* e outro." (BENJAMIN, 1988, p. 12)

A ênfase na fase pré-edípica levou Benjamin a procurar em Winnicott noções específicas da primeira infância. No texto *O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações* (1971), Winnicott repensa as relações interpessoais a partir do vínculo do bebê com a mãe "suficientemente boa"¹. Para ele, na relação mãe-bebê está envolvida também uma dose de agressividade – que é parte constituinte dos afetos humanos –, que não seria vista como imediatamente negativa. A partir da agressividade inevitável do bebê relativamente à mãe, Winnicott vai explicar a passagem da *relação de objeto* para o que ele chamará de *uso de objeto*². Tal passagem em que o bebê tem uma relação onipotente com o objeto-mãe para um uso de objeto real-mãe só

¹ A mãe suficientemente boa é aquela que não é demasiado invasiva, o que levaria ao excesso de presença, ou que não se mostra depressiva, ou deprimida, o que indicaria a ausência excessiva da mãe. O cuidador suficientemente bom é aquele que aprende a aceitar o paradoxo que é cuidar do objeto-bebê que já existe, criando (de forma lenta e gradual, nem muito invasiva e nem muito faltosa) o ambiente amoroso específico onde o bebê seja capaz de desenvolver o objeto real-mãe e reconhecê-lo fora do controle onipotente do bebê.

² Winnicott inverte o sentido comum dessas palavras: relacionar com o objeto está próximo com uma existência intrapsíquica, projetiva e subjetiva; usar o objeto, por sua vez, não seria correspondente a tornar o objeto coisa ou instrumentalizá-lo, mas sim ser capaz de estar em relação com o objeto de forma objetiva, isso é, de se ligar com a alteridade do objeto que está na externalidade, reconhecendo sua existência independente, mantendo um relacionamento intersubjetivo.

é possível a partir da destruição (simbólica) do objeto-mãe, no qual o objeto real-mãe prevalecerá e o objeto-mãe intrapsíquico será destruído. Assim, a figura materna deve ser destruída dentro de nós para que saibamos que ela sobreviveu do lado de fora. A destruição do objeto relacionado a si é um esforço de diferenciação, primordial para a constituição tanto da própria subjetividade do bebê, quanto da realidade externa. Em complemento, além da destruição do objeto, é necessária a sobrevivência do objeto. Isto é, a mãe, que permanece ao lado do bebê mesmo com todas as agressividades que ele a submete, consegue impor a sua existência para além da projeção do bebê. Isso significa dizer que para amar o objeto é preciso alcançar o uso do objeto, ou seja, desfazer-se do controle onipotente e das projeções e reconhecer a sua alteridade independente. Como veremos mais à frente ao analisarmos a relação intersubjetiva entre mãe-bebê, veremos que o amor não exclui certa dose de negatividade. Pelo contrário, é através da destruição do objeto projetivo e de sua sobrevivência que o amor e o reconhecimento podem surgir.

Nesse âmbito, notemos que o *self* do bebê, enquanto centralidade psíquica, pode manter ao mesmo tempo uma relação harmônica e destrutiva com a alteridade: "Postular um *self* que pode assumir tanto a 'bondade' e a 'maldade', reconhecimento e negação do outro, é a única base para uma crítica da incapacidade do sujeito de reconhecer o outro." (BENJAMIN, 1998, p. 100) Em tal processo constante de domínio sobre o objeto-mãe intrapsíquico, destruição deste e possibilidade de relação intersubjetiva, o *self* demonstra sua capacidade de cisão e plasticidade interna, além de manutenção de relações ambivalentes com o mesmo objeto, o que seria um argumento de Benjamin contra a postulação de uma unidade interna coesa e autoidêntica: "A diferença, o ódio, o fracasso do amor podem ser superados não porque o *self* esteja unificado, mas porque ele pode tolerar ser dividido." (BENJAMIN, 1998, p. 105)

Já Butler parte de um outro panorama conceitual linguístico, desconstrutivista e pós-estruturalista. A partir de tal contexto, o sujeito seria compreendido como formado ou subjetivado ao mesmo tempo em que seria subjugado, o que leva à rejeição da noção de identidade ou unidade subjetiva completa em si. Nesse sentido, Butler encontra na psicanálise freudiana, que teoriza as identificações e suas relações com a melancolia, um esteio bastante profícuo para pensar a não-identidade do sujeito. Para tanto, a autora leva em conta o trabalho do inconsciente, tão plástico e contraditório que impede uma estabilidade, coesão e continuidade na vida psíquica, algo que também se reflete na produção da identidade sexual subjetiva. Assim, o inconsciente do desejo porta uma potencialidade crítica para Butler: aquilo que fora afastado do Eu na formação subjetiva em nome da subjugação às normas sociais masculinistas e heteronormativas acaba invariavelmente retornando do recalado, denunciando a impossibilidade da coerência autoidêntica do sujeito:

[...] a "identidade sexual" é uma produtiva contradição em termos, pois a identidade se forma graças à proibição de alguma dimensão da própria sexualidade que a identidade assume, e a sexualidade, quando ligada à identidade, está sempre, de algum modo, solapando a si própria. (BUTLER, 1997/2017, p. 112)

É no texto freudiano *O eu e o isso* (1923) que Butler encontra a teorização de um Eu que seja: 1) não-coerente; 2) formado ex-staticamente a partir do outro; e 3) cuja sexualidade é organizada por recalques de possibilidades desviantes do masculinismo e heterossexismo. Nele, Freud descreve como o Eu é formado por incorporações sucessivas de diferentes alteridades, identificações que eram anteriormente relações de objetos de amor que foram perdidos ou abandonados. A constituição do Eu descreveria, então, a linhagem de apegos e perdas de relações com alteridades que passa a formar seu caráter, resíduo melancólico de lutos de amores não resolvidos:

Se um tal objeto sexual deve ou tem de ser abandonado, não é raro sobrevir uma alteração do Eu, que é preciso descrever como estabelecimento do objeto no Eu, como sucede na melancolia (...). O caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, contém a história dessas escolhas de objeto. (FREUD, 1923/2011, p. 36)

Para tanto, Freud recorre ao escrito de 1914, *Luto e Melancolia*, onde aborda como a melancolia seria uma reação psíquica à perda de um objeto investido libidinalmente (seja alguém, uma ideia, uma concepção de si mesmo) no qual o objeto perdido seria internalizado, constituindo parte de si mesmo. Tal internalização do objeto de amor mostra, então, toda a sua ambivalência, uma vez que a reação de agressão ou ódio contra tal objeto (e contra a sua perda) se transforma em uma agressão do Eu contra si mesmo. Se no luto ocorre a internalização do objeto perdido, que pode, então, ser declarado morto, na internalização melancólica ocorreria a manutenção da existência do objeto perdido, mantido vivo no interior do Eu. Assim, a melancolia incorpora a perda, mas recusa o luto que reconheceria essa mesma perda, fazendo com que o objeto perdido coexista com o Eu em seu interior.

Seguindo tal concepção de identificação melancólica na formação do Eu, Butler nos diz que parte das identificações sexuais do Eu com objetos de amor são recusadas pelas normas masculinistas e heterossexistas. Identificações femininas e homossexuais seriam inevitáveis na formação do Eu, mas, não podendo ser reconhecidas, resultariam em uma identificação de gênero melancólica, já que na perda de tais relações o luto não pôde ser completo:

Se a suposição da feminilidade e a suposição da masculinidade procedem da consumação de uma heterossexualidade sempre tênue, podemos entender que a força dessa consumação determina o abandono dos apegos homossexuais ou, talvez de modo mais incisivo, *inviabiliza* a possibilidade do apego homossexual, uma forclusão da possibilidade que coloca a homossexualidade na categoria de paixão inviável e perda não pranteada. Essa heterossexualidade se produz não só implementando a proibição do incesto, mas também, antes disso,

impondo a proibição da homossexualidade. (BUTLER, 1997/2017, pp. 143-4)¹

Tal formação designa um sujeito de desejo não-coerente em seu interior, já que este mantém vivas melancolicamente as identificações não reconhecidas simultaneamente àquelas socialmente fomentadas, causando conflitos e dissonâncias internas ao sujeito. Diante disso, podemos pensar que o sistema masculinista heteronormativo não consegue abolir a homossexualidade, mas a preserva internamente enquanto proibida. Assim, a negação da homossexualidade se mostra paradigmática para a formação de uma determinada versão heterossexual dos sujeitos, a atual versão hegemônica. Com isso, as matrizes sociais heteronormativa e masculinista produzem o repúdio ou a expulsão do Eu de algumas formas de identificação, reservando a certas identidades de gênero o lugar não-identificatório de “abjeto”:

Mas o que significa afirmar que as posições sexuais são assumidas às custas da homossexualidade ou, mais precisamente, mediante a abjeção da homossexualidade? Essa formulação implica um encadeamento entre a homossexualidade e a abjeção, de fato, uma possível identificação *com* uma homossexualidade abjeta no coração da identificação heterossexual. Essa economia de repúdio sugere que a heterossexualidade e a homossexualidade são fenômenos mutuamente excludentes, que só podem coincidir desde que um seja culturalmente viável e o outro um assunto passageiro e imaginário. (BUTLER, 1996/2019, pp. 197-8)

Analisados tais pontos de vista relativos à formação da subjetividade, notamos que há aspectos de concordância admitidos pelas autoras, especialmente quanto à problematização da assimilação da alteridade em si, seja via reconhecimento ou identificação. As duas se mostram críticas a noções de autonomia e coerência subjetiva, admitindo que o indivíduo não pode se desvincular das determinações de poder ou da dependência do outro. Ambas combatem a unicidade subjetiva, seja por meio do descentramento do sujeito, que se mostra não-idêntico desde sua formação inicial, seja pela noção de cisão do *self* – mesmo que este não tenha se exibido enquanto completo e autônomo em momento algum: “a noção de cisão não exige que postulemos uma unidade preexistente, ou um ideal de unidade ao qual a cisão se contrapõe.” (BENJAMIN, 1998, p. 89) E Butler complementa:

Isso levanta a questão política do custo de articular uma posição coerente e nos leva a questionar se essa coerência é produzida pela produção, exclusão e rejeição de espectros abjetos que ameaçam

¹ Se, para Butler, o tabu da homossexualidade precede o tabu do incesto edipiano, o medo da feminilização se encontra na raiz do complexo de castração. A identificação com a mulher acaba sendo evitada, havendo o medo de “feminização”: “O fato de o menino geralmente escolher [a predisposição] heterossexual não resultaria do medo da castração pelo pai, mas do medo de castração — isto é, do medo da “feminização”, associado com a homossexualidade masculina nas culturas heterossexuais.” (BUTLER, 1990/2003, p. 93) A “angústia da feminização” estaria situada antes do medo da castração, sendo, na verdade, sua condição.

essas mesmas posições de sujeito. Na verdade, talvez só correndo o risco da *incoerência* de identidade que tal conexão pode ser estabelecida. (...) A questão aqui concerne às crueldades tácitas que sustentam a identidade coerente (...). Insistir em afirmar a identidade coerente como ponto de partida supõe que já se saiba o que um "sujeito" é, que ele já está fixado, e que esse sujeito já existente poderia entrar no mundo para renegociar seu lugar. Mas se esse mesmo sujeito produz sua coerência às custas da própria complexidade, dos entrecruzamentos de identificações que o compõem, então esse sujeito exclui os tipos de conexões contestatórias que podem democratizar o campo de sua própria operação. (BUTLER, 1996/2019, pp. 200-2)

Entretanto, tais concordâncias não afastam as discrepâncias entre as pensadoras. Começemos com a crítica de Butler à Benjamin: se, de um lado, "Benjamin está trabalhando em direção a uma psicanálise não heterossexista" (Butler, 2000/2016, p. 191, tradução modificada), por outro, comentando as teorias feministas que tendem a se centrar em aspectos da identificação materna pré-edípica para construir um desvio possível ao paternalismo, ela nota como "esse enfoque tende a reforçar exatamente a estrutura binária heterossexista que cinzela os gêneros em masculino e feminino e impede uma descrição adequada dos tipos de convergência subversiva e imitativa que caracterizam as culturas gay e lésbica." (BUTLER, 1990/2003, pp. 102-3)

Quanto a isso, o pensamento de Benjamin se desenvolve em direção a uma concordância com a recusa das dicotomias e divisões binárias. Para ela, a produção de polarizações e binarismos, para que ocorra a exclusão ou expulsão de um dos polos, seria proveniente da fase edípica masculina, na qual o pai promove a separação violenta do filho relativamente à mãe, constituindo o caminho dominante para a autonomia, racionalidade, relação com a realidade externa e individuação. Assim, toda forma de dualismo é entendida pela autora como decorrente de uma perspectiva masculinista na sociedade:

A polaridade edipiana de gênero, tão convincente em sua lógica e tão formidável em suas raízes inconscientes, não se restringe à psique individual, onde se expressa em termos de mãe e pai. Essa polaridade (...) tem seu análogo em outros dualismos de longa data da cultura ocidental: racionalidade e irracionalidade, sujeito e objeto, autonomia e dependência. (...) A cisão que constitui a polaridade de gênero é replicada na vida intelectual e social e ela elimina as possibilidades de reconhecimento mútuo na sociedade como um todo (BENJAMIN, 1988, pp. 129-30)¹

¹ Disso se segue também a recusa de Benjamin à idealização da função materna, que significaria um reencantamento da figura da mãe, mantendo o dualismo e a oposição entre racionalidade masculina e cuidado feminino: "The reparation for debasing her takes the form of sentimentalizing and idealizing the mother, a strategy that locks both men and women into an inner fantasy world and evades the real issue: recognition of each other. The dynamic which first undermines the mother concretely and then attempts to repair her through symbolic reenchantment gives rise to two ideal figures: the perfect mother and the autonomous individual, bound in a relationship of domination." (BENJAMIN, 1988, p. 149)

Entretanto, apesar de Benjamin tematizar o problema do “rígido congelamento na complementaridade indissolúvel [do *self*]” (BENJAMIN, 1998, p. 97), ela não deixa de tomar a relação do bebê com a mãe como o protótipo de relações verdadeiramente intersubjetivas, o que denota a manutenção da fixidez dualista no fundamento de sua teoria. De forma mais completa, diz a autora:

Acho que a crítica de Butler ao modelo diádico é importante. (...) Porém, mesmo que haja sempre um terceiro potencial (estrutura triádica) na díade, sempre há uma infraestrutura diádica em todas as relações triádicas. A abordagem interessante que Butler adota é sugerir que tais estruturas diádicas podem estar relacionadas ao uso de um modelo binário em relação ao gênero. Ela sugere que, para ir além das oposições binárias de gênero, podemos precisar ir além da estrutura diádica. Isso parece valer a pena considerar, na medida em que uma díade sem terceiro é essencialmente uma relação de poder colapsada. (BENJAMIN, 2012, pp. 294-5)

Em decorrência, como veremos mais à frente, influenciada por Habermas, Benjamin não implodirá as classificações binárias, como virá a fazer Butler, mas passará a teorizar um ambiente neutro intermediário enquanto terceiro elemento da díade mãe-bebê. A construção da intersubjetividade passa a ser estruturada para Benjamin como um “espaço entre”, “espaço intermediário” ou “terceira posição” onde ambos os sujeitos em relação diádica se reconheceriam como si mesmos na dependência com o outro, mantendo a tensão da reciprocidade. Ou seja, enquanto Benjamin critica o binarismo, mas continua empregando oposições binárias para fundamentar a sua teoria, Butler já não opera mais com tais distinções em seus fundamentos, exposições e metodologias, produzindo uma teoria queer.

Por outro lado, Benjamin, lembrando que o diferencial de sua própria teoria seria justamente o reconhecimento da alteridade em sua concretude para além das projeções intrapsíquicas, ressalta que faltaria no pensamento de Butler uma separação entre os domínios intrapsíquico e intersubjetivo na relação do sujeito com a alteridade. Se, para ela, “uma noção de reconhecimento da exterioridade do outro pode se seguir da posição de Butler” (BENJAMIN, 1998, p. 89), a mesma decorrência não pode ser tirada relativamente à distinção entre o *self* psicológico e o sujeito político descentrado: “Butler colapsa *self* e sujeito, como se posições políticas e epistemológicas, como a de ‘identidade’ das mulheres como um sujeito político unificado, correspondessem totalmente ao conceito psicológico de *self*.” (BENJAMIN, 1998, p. 85, grifos nossos). E complementa:

[...] a identidade não é *self*. *Self* é uma categoria distinta daquela de identidade. Podemos dizer que um *self* pode ser não idêntico e, ainda assim, conter um estado, expressar um sentimento, identificar-se ou assumir uma posição. A crítica da identidade não nos impede de postular uma subjetividade psíquica que assume várias posições por meio da identificação, uma espécie de ‘identificador por trás da identificação’. (...) Novamente, a posição

política de sujeito ou abjeto deve ser entendida como distinta da noção de um *self* que pode assumir uma ou ambas as posições. (BENJAMIN, 1998, pp. 87-8, grifos nossos)

Segue-se de tal crítica a percepção benjaminiana de que, se Butler fundamenta a sua concepção psíquica com base na “exclusão”, faltaria no pensamento butleriano a conceituação do termo complementar de “inclusão”, sinônimo do reconhecimento e internalização do outro em si, da alteridade intrapsíquica, o que não culminaria necessariamente em uma unidade harmônica entre Eu e outro. Contudo, como iremos demonstrar na sequência de nosso texto, ao compreendermos como a noção de reconhecimento de Butler é construída a partir do sujeito extático, isto é, exteriorizado na alteridade, não havendo uma referência estável do que seria si mesmo, notamos como os termos paralelos de internalidade e externalidade psíquicas seriam recusados por ela. Nesse sentido, Butler argumenta:

“Interno” e “externo” só fazem sentido em referência a uma fronteira mediadora que luta pela estabilidade. E essa estabilidade, essa coerência, é determinada em grande parte pelas ordens culturais que sancionam o sujeito e impõem sua diferenciação do abjeto. Conseqüentemente, “interno” e “externo” constituem uma distinção binária que estabiliza e consolida o sujeito coerente. Quando esse sujeito é questionado, o significado e a necessidade dos termos ficam sujeitos a um deslocamento. Se o “mundo interno” já não designa mais um topos, então a fixidez interna do Eu e, a rigor, o local interno da identidade do gênero se tornam semelhantemente suspeitos. A questão crucial não é *como* essa identidade foi *internalizada* — como se a internalização fosse um processo ou mecanismo que pudesse ser descritivamente reconstruído. Em vez disso, a pergunta é: de que posição estratégica no discurso público, e por que razões, se afirmaram o tropo da interioridade e binário disjuntivo interno/externo? (BUTLER, 1990/2003, pp. 191-2)

Benjamin chega a reconhecer que as diferenciações entre ambas relativamente a concepções de sujeito em relacionamento com alteridades são produzidas desde a escolha da leitura psicanalítica: na teoria winnicottiana, onde Benjamin centra seus desenvolvimentos, a ênfase recai na forma em que o Eu se constitui a partir de outros e deles se diferencia. O enfoque é dado, então, no processo de transformação ética e psicológica do *self*, que se forma a partir da alteridade e também reconhece a independência dessa alteridade. Seria no processo de diferenciação subsequente que a relação de reconhecimento mútuo intersubjetivo seria possível. Já a díade que fundamenta o pensamento de Benjamin seria quase impossível de ser pensada por Butler, uma vez que, como ela interpreta a partir de *Eu e o isso* freudiano, o que somos são os outros. Isto é, somos o resultado de múltiplas identificações simultâneas com alteridades, umas mais reconhecíveis do que outras, o que culmina em uma subjetividade não estável, que desfaz inclusive as fronteiras entre o intrapsíquico e o

intersubjetivo. A ênfase de Butler recai, com isso, nas alteridades não-reconhecíveis que também nos constituem.

3. Teorias do reconhecimento e seus “terceiros”: posicionamentos teóricos críticos

Após as análises psicanalíticas que embasam as teorias dos sujeitos das autoras, podemos nos voltar à investigações sobre as noções de reconhecimento de ambas. Elas partem de diferentes leituras da dialética do senhor e do escravo exposta na *Fenomenologia do espírito* de Hegel para desenvolverem um questionamento de gênero relativamente ao reconhecimento da mulher e de identificações trans diante da cultura masculinista e heteronormativa: “Esta questão – como é possível reconhecer o outro? – pode ser tomado como outro aspecto do problema abordado por muitos escritos feministas: de que posição é possível respeitar a diferença, ou melhor, as múltiplas diferenças?” (BENJAMIN, 1998, p. 80) Contudo, se Benjamin vê na dialética do senhor e do escravo a condição de uma polaridade destrutiva em que a sobrevivência de um deve culminar na submissão do outro, tomando-a como um antimodelo de reconhecimento; Butler vai considerar tal teoria como uma fonte complementar à psicanálise para elaborar uma noção de sujeito ex-statico e de reconhecimento via o desejo.

A teorização geral da noção de reconhecimento em Benjamin é construída a partir da já exposta premissa de Winnicott, que é complementada inserindo a mãe como sujeito ativo da díade da relação intersubjetiva – para além do enfoque somente à criança que a psicanálise anterior dava. Do lado da mãe,

[...] o bebê é um estranho para ela, ela ainda não tem certeza de quem é esse bebê, embora tenha certeza de que ele já é alguém, uma pessoa única com seu próprio destino. Embora o bebê dependa totalmente dela, (...) ela nunca duvida que esse bebê traga seu próprio Eu, sua personalidade única. E ela já está grata pela cooperação e atividade do bebê – sua vontade de ser acalmado, sua aceitação da frustração, sua devoção ao leite, sua concentração no rosto dela. (BENJAMIN, 1988, pp. 13-4)

“Com isso, apesar da relação ainda não se estabelecer num estado de dependência relativa, ou autonomia intersubjetiva, a relação mãe-bebê já demanda e submete os sujeitos a algum nível de atividade de ambas as partes e, assim, de reconhecimento” (SANTOS, 2020, p. 37) – mesmo que seja um sentimento pouco compreensível para o bebê e paradoxal para a mãe, que lida com a percepção da alteridade [*otherness*] e unicidade [*togetherness*]. Tal nível de atividade de ambas as partes é o que Benjamin chama de reconhecimento mútuo:

O que chamo de *reconhecimento mútuo* inclui uma série de experiências comumente descritas na pesquisa sobre interação mãe-bebê: sintonia emocional, influência mútua, mutualidade afetiva, compartilhamento de estados de espírito. (...) Reconhecer é afirmar, validar, certificar, conhecer, aceitar, compreender, ter

empatia, receber, tolerar, apreciar, ver, identificar-se, achar familiar,... amar. (BENJAMIN, 1988, p. 15)

O reconhecimento, passível de ocorrer em uma relação de mutualidade, faz parte do caminho da subjetivação que envolve uma tensão constante na qual reconhecer a alteridade seria ao mesmo tempo uma relação de aproximação em que a separação é estabelecida: “Estabelecer-me (...) significa ganhar o reconhecimento do outro, e isso, por sua vez, significa que devo finalmente reconhecer o outro como existindo por *si* mesmo e não apenas para mim.” (BENJAMIN, 1988, p. 28) O paradoxo do reconhecimento é que ele se coloca de forma reflexiva: precisamos ser reconhecidos por um outro e devemos tomar o reconhecimento que o outro tem de nós como uma forma de autocertificação. O reconhecimento da independência de si exhibe paradoxalmente a dependência de si relativamente à validade do olhar do outro. Ora, tal dependência no reconhecimento da independência é um fator ameaçador que leva ao medo de destruição e tentativa de controle. Assim, a negatividade se encontra não só na gênese do reconhecimento (pela destruição do objeto intrapsíquico para o estabelecimento de uma relação verdadeiramente intersubjetiva), mas se insere também, enquanto tensão, na própria prática ativa do reconhecimento.

Nesse sentido, os momentos de negação seriam etapas do reconhecimento e não significam necessariamente a sua ruptura. Por outro lado, isso não quer dizer que toda forma de negação leva necessariamente a um modo de reconhecimento: uma cisão (*splitting*) relativa é diferente de uma ruptura total, um colapso (*breakdown*) do reconhecimento. Se o primeiro modo de elaborar a diferença no processo de subjetivação é fundamental para a manutenção da tensão entre Eu e outro; a segunda forma elimina essa tensão, pois *elimina a relação em si* – seja porque o outro é completamente assimilado a si, ou o Eu é completamente subjugado ao outro. Nesse sentido, a relação que deveria ser intersubjetiva – e, por isso, constantemente tensionar a autoafirmação do Eu (o reconhecimento de si como independente) e o reconhecimento do outro (a dependência relativa ao olhar do outro no reconhecimento de si independente) – passa a alienar uma das partes e se mostra unidimensional. Com o colapso, a relação se reconcilia completamente e elimina um dos lados dessa tensão, encerrando a possibilidade de reconhecimento, levando à dominação.

Contudo, como analisado anteriormente, a estrutura dualista exposta por Benjamin sofre críticas que são aceitas pela autora, o que a leva a mover a estrutura do reconhecimento de uma díade para uma tríade¹. Mas, como

¹ Importante ressaltar que nas tríades a serem erigidas por Benjamin e Butler, ambas recusam o papel de terceiro elemento proveniente do pai no complexo de Édipo, bem como as teorias de base lacanianas que encontram no falo ou no Nome-do-Pai (mesmo que este só seja um significante geral e não somente masculino) o terceiro termo. “For included in this theory was a different idea of the third (...). It was a position that explicitly rejected the conventional idea of the third as identified with the father (Mitchell) or a mental representation (as in Lacan’s ‘Name-of-the-Father’) in favor of explicating the practical process (developmental and clinical) of creating thirdness, that is, how we build relational systems and how we develop the intersubjective capacities for such co-creation.” (BENJAMIN, 2012, pp. 286-7) Ou ainda: “I ask whether forms of triangulation are nevertheless central to the workings of desire that exceed

veremos, a tríade só é possível por derivação da estrutura diádica, de forma que uma certa manutenção binária ainda prevalece: “Alcançar o lugar diádico da terceiridade (...) é um pré-requisito para a habilidade de transcender os binarismos rígidos de gênero nas relações triádicas.” (BENJAMIN, 2012, p. 299) Isso porque o terceiro elemento das relações de reconhecimento benjaminiano constitui tanto um ideal normativo de transcendência mútua, quanto um estado mental passageiro. Sendo derivado da experiência analítica e transposto para as relações sociais mais amplas, tal modelo prevê uma mediação no relacionamento entre a díade mãe-bebê, um espaço intermediário entre ambos calcado na cooperação mútua, na comunicação, na inclusão dialógica de ambos na construção de uma transcendência maior que eles. Trata-se de um estado mútuo de

[...] identificação para superar a diferença, para manter posições múltiplas, para tolerar a não-identidade em vez de eliminar a posição de si mesmo ou do outro. Essa noção de individualidade não-idêntica ou duplamente identificada também pode servir para desafiar o princípio binário de exclusão e inclusão. (...) Inclusão, portanto, exige diferença, não síntese. (BENJAMIN, 1998, pp. 107-8)

Em tal espaço intersubjetivo, a tensão da possível cisão negativa seria sustentada, mas não seria traduzida em destruição e dominação. Ao contrário, tal espaço seria estabelecido justamente porque teria havido sobrevivência de um colapso relacional prévio. O espaço intermediário “trata do princípio que molda o movimento que vai da ruptura à renovação. Assim, aquela expectativa que falha no reconhecimento pode ser dirigida, conhecida e até mesmo reparada ou pranteada (*mourned*).” (CANSECO, 2017, p. 113)

Por outro lado, Butler irá desenvolver uma outra forma de triangulação que permitiria afastar o modelo binário mãe-bebê, promovendo uma concepção mais ampla de teias de desejo baseada em uma releitura de Hegel. Butler inaugura a sua tríade pelo retorno do desejo inconsciente: “Sugiro que tomemos como ponto de partida a formulação lacaniana segundo a qual o desejo nunca é meramente diádico em sua estrutura.” (BUTLER, 2000/2016, pp. 191-2) A leitura de Lacan segue os desenvolvimentos de Jean Hyppolite relativamente a Hegel, segundo os quais ambos os polos em luta (senhor e escravo) desejam o desejo do outro:

[...] o que o desejo quer é o Outro, onde o Outro é entendido como seu objeto generalizado. O que o desejo também quer é o desejo do Outro, onde o Outro é concebido como um sujeito do desejo. Esta última formulação envolve a gramática do genitivo e sugere que o desejo do Outro se torna o modelo para o desejo do sujeito. Não é que Eu queira que o Outro me queira, mas que quero na medida que tenho aceitado o desejo do Outro e modelado meu

the purview of Oedipus, in particular, whether understanding the coconstitutive relations of homosexuality and heterosexuality offer a queer approach to triangularity.” (BUTLER, 2000, p. 271)



desejo segundo o desejo do Outro. Esta é, naturalmente, apenas uma perspectiva dentro do que é, sem dúvida, um caleidoscópio de perspectivas. (BUTLER, 2000/2016, p. 192)

Tal teia de desejos produz uma perda de si, já que o Eu forma si mesmo não exatamente a partir do outro, mas *no outro*. Butler descentraliza a noção de Eu, que nunca é o mesmo após uma relação em que o Eu se define pelo outro: ao voltar a si após uma alienação ao outro, o si não é o mesmo que era antes dessa relação, o Eu anterior se perdeu no outro. Assim, o Eu se constitui pela relação com a alteridade, o *Eu é alteridade*. Com isso, a noção de internalidade *versus* externalidade é comprometida, uma vez que não há inclusão ou exclusão possíveis quando há um esvaziamento do sujeito, alienado no outro. Mesmo onde há uma relação a dois, portanto, vemos ocorrer relações entre múltiplos que já fomos e somos, e múltiplos da alteridade, tudo isso em um sujeito que não está em si mesmo:

Em meu ponto de vista, Hegel nos deu uma noção ex-stática do Eu, que está, necessariamente, fora de si, não autoidêntico, diferenciado desde o início. (...) Creio que esta concepção do Eu enfatiza um Hegel diferente do encontrado na obra de Benjamin. Certamente é uma interpretação na qual a metáfora da "inclusão", como no "Eu inclusivo", não funcionaria. (BUTLER, 2000/2016, p. 202)

Tal tríade entre Eu, outro e a miríade de desejos possíveis abre caminhos para se pensar uma teoria queer: "uma estrutura triádica para pensar sobre o desejo tem implicações para pensar o gênero além da complementaridade e para reduzir o risco de viés heterossexista implicado na doutrina da complementaridade." (BUTLER, 2000/2016, p. 189) Tal teoria não heteronormativa surge justamente pela miríade de possibilidades que a noção de desejo produz, que permitiria cruzamentos entre desejos homossexuais e heterossexuais via múltiplas identificações, sendo uns veículos de outros. Em resumo,

[...] esse desejo que pertence ao outro passa a ser o modelo para o próprio desejo e até para o desejo de qualquer sujeito. Assim, ao mesmo tempo que quero que outr* me deseje, desejo poder desejar o que ess* outr* deseja. (...) Butler sugere então que não se pode encontrar * outr* separad* de tod*s *s outr*s que já habitaram alguma vez esse lugar de outr*, ou seja, de suas próprias experiências afetivas. Da mesma forma, a história de condensação psíquica e de deslocamento que * outr* traz consigo faz parte desse encontro que, como já se mostra evidente, jamais poderia ter sido diádico. (CANSECO, 2017, p. 115)

De outro lado, a principal crítica que Benjamin faz a Butler seria em torno de sua suposta má compreensão relativamente à concepção de terceiro de forma geral. Na exemplificação que Butler fornece a Benjamin sobre a hipótese do

desejo do desejo do outro, elabora-se a cena de um homem ciumento de sua esposa, que o trai com outro homem¹. Quanto a isso, diz Benjamin:

Na cena do ciumento de Butler, o terceiro é uma pessoa, outro amante, que figura no desejo do Outro. (...) Aqui chegamos ao cerne da questão. Considero esse uso do conceito "terceiro", em última análise, incoerente. Não vejo o terceiro como *alguém* (uma criança, um ex-amante) que interrompe ou mesmo alguma alteridade que se desfaça, mas como uma função ou capacidade mental. (BENJAMIN, 2012, p. 297)

Para Benjamin, não só não seria possível que o terceiro fosse uma pessoa, como também o esposo não poderia perder-se na alteridade da esposa e em seu desejo. Para uma autora relacional, que funda sua teoria na distinção entre o ambiente intrapsíquico e a relação intersubjetiva realizada objetivamente, não haveria espaço para a concepção de um sujeito ex-stático, que teria diluído a diferenciação entre internalidade e externalidade.

Contudo, diferentemente do que Benjamin compreendeu do exemplo fornecido por Butler, não entendemos que esta pretendia demonstrar que o terceiro elemento fosse identificado à figura do amante. Muito diversamente, o que compreendemos é que o reconhecimento do desejo homossexual do esposo se encontra na identificação com o desejo da esposa referente ao amante, de modo que o desejo homossexual atravessaria o desejo heterossexual, e vice-versa, "confundindo assim as posições identificadoras de cada 'ator' na cena." (BUTLER, 2000/2016, p. 193) O terceiro do esposo, que se comportaria ex-staticamente, seria, então, o desejo do desejo da esposa, que revela o desejo homossexual que circula simultaneamente no próprio circuito do desejo heterossexual de identificações múltiplas do esposo, mesmo que este último desejo proveniente de uma identificação homossexual não possa ser assumido e reconhecido. A teoria do reconhecimento de Butler fundamentada no desejo revela, então, o próprio fracasso das tentativas de constituição binária dos

¹ Benjamin se refere aqui ao seguinte exemplo fornecido por Butler: "Por exemplo, até que ponto o ciúme heterossexual é frequentemente agravado pela incapacidade de reconhecer o desejo entre pessoas do mesmo sexo? A mulher amante de um homem quer outro homem e até mesmo o "tem", o qual é vivenciado pelo primeiro homem às suas próprias custas. Qual é o preço que o primeiro homem tem que pagar? Quando, nesta cena, ele deseja o desejo do Outro, é o desejo de sua amante (vamos imaginar que é)? Ou é também a prerrogativa de que sua amante tem que tomar outro *homem* como amante (vamos imaginar que ele também é)? Quando ele se enfurece contra ela por sua infidelidade, ele se enfurece porque ela se recusa a fazer o sacrifício que ele já fez? E mesmo que tal leitura possa sugerir que ele se identifica com ela na cena, não está claro como ele identifica, ou se é, finalmente, uma identificação "feminina". Ele pode querer a posição imaginada da mulher na cena, mas como ele imagina que é a posição dela? Não se pode presumir que ele toma a posição dela como feminina, mesmo que ele a imagine em uma resposta receptiva a outro homem. Se esta é a receptividade que ele encontra ali no coração de sua própria fantasia ciumenta, então talvez seja mais apropriado afirmar que ele a imagina em uma posição de homossexualidade masculina passiva. É, finalmente, realmente possível distinguir, nesse caso, entre uma paixão heterossexual e uma paixão homossexual? Afinal, ele a perdeu e isso o enfurece, e ela realizou um objetivo que ele não pôde ou não quis realizar, e isso o enfurece." (Butler, 2000/2016, pp. 193-4)

sujeitos, cujo local de identificação do desejo não habita nem mesmo no interior de si.

Já o posicionamento crítico de Butler sobre a noção benjaminiana de reconhecimento via um espaço intermediário enquanto terceiro incide sobre a concepção de superinclusão [overinclusiveness] na qual se baseia a manutenção de um ambiente comunicacional mútuo. Se os dois sujeitos da díade conseguem se manter em relação de reconhecimento, cada um ocupando o lugar de sujeito incluso no espaço terciário, tal modelo não permite “reconhecer a diferença, tal como Benjamin mantém, porque resiste à noção de um Eu que é estaticamente envolvido no Outro e descentrado através de suas identificações, as quais não excluem o Outro em questão. (BUTLER, 2000/2016, p. 191, tradução modificada). Além disso, tal processo permaneceria ainda somente normativo, e não efetivo, dada a impossibilidade de realização prolongada da concepção de reconhecimento por comunicação e acordo mútuos para além da clínica, o que revelaria a visão excessivamente positiva de Benjamin. Tal impossibilidade ocorreria dado o caráter conflitual da psique, do inconsciente e das próprias relações sociais complexas realizadas por sujeitos que não são autoidênticos, nem mesmo transparentes a si mesmos, não sendo, no fundo, em si mesmos. Assim, o reconhecimento teorizado por Benjamin se mostra um ideal irrealizável, ou só realizável de modo ocasional.

É de nossa autoria a interpretação segundo a qual essa dupla visão relativa à noção de reconhecimento seria decorrente não só de filiações a escolas psicanalíticas distintas, mas também estaria calcada em diferentes seguimentos no interior da teoria crítica. Tal leitura nos demonstrará principalmente como a negatividade no processo de reconhecimento é compreendida de modos diversos, denotando não só distintas metodologias de pensamento, mas também divergências de compreensões sobre o comportamento humano. Tal discrepância é centrada em uma crítica que ambas as autoras exercem contra Habermas. Contudo, o argumento de Butler é que, por mais que Benjamin de fato atenuar alguns dos maiores problemas apontados na teoria habermasiana, de forma fundamental, ela ainda não teria rompido completamente com os pressupostos desta.

Benjamin diagnostica um problema na teoria do reconhecimento habermasiana, já que este não pensava na complementaridade do reconhecimento da alteridade:

Refiro-me às teorias normativas do reconhecimento, e do sujeito, aquelas cujo ponto de partida é a obra de Habermas, que formaliza o reconhecimento sem considerar a problemática constitutiva da alteridade e a falha no reconhecimento (...), simplificando e reduzindo, então, o reconhecimento à linguagem de direitos e personalidade abstrata. Essas teorias tendem a tirar a ênfase da problemática da alteridade, na qual reconhecemos formas históricas de dominação e sua ligação com a dificuldade persistente que “o sujeito” (ou seja, “o” sujeito de nosso pensamento e política ocidental) tem em reconhecer sem assimilar redutivamente o outro. (BENJAMIN, 2012, pp. 286-7)

No polo oposto a tal problema, Benjamin situa Butler:

Butler localiza o outro fora do reconhecimento dialógico do sujeito, a meu ver, arriscando-se assim a uma tendência de absolutizar a incognoscibilidade do outro, o que, paradoxalmente, privaria o outro de subjetividade (...). Este paradoxo (...) também pode levar à falha de não atribuir ao outro a plena responsabilidade de um sujeito capaz de fornecer reconhecimento. (BENJAMIN, 2012, p. 286-7)

Como forma de se distanciar tanto de Habermas quanto de Butler, Benjamin procura salientar uma relação intersubjetiva que permita a ambos os sujeitos envolvidos não só fornecer, mas também receber o reconhecimento da alteridade.

Outra crítica complementar que Benjamin faz a Habermas é a de que faltaria o elemento da negatividade para tensionar o reconhecimento, como se o problema da dominação social passasse ao largo das determinações culturais mais amplas: "o impulso habermasiano pode ser entendido como postulando o potencial de reconhecimento ou autorreflexão abstraído das forças psicológicas de dominação e destruição." (BENJAMIN, 2012, p. 288) Como decorrência, este problema também é diagnosticado em autoras mais fortemente tributárias à teoria de Habermas, como Seyla Benhabib e Nancy Fraser, que "colocam menos ênfase do que Eu na negação, dominação e na incapacidade de tolerar a alteridade como forma constitutiva de uma subjetividade inerentemente conflitante e definidora da problemática do reconhecimento." (BENJAMIN, 2012, p. 287, nota 2)

Contudo, a leitura que Butler faz da relação Benjamin-Habermas segue por outro caminho. Por mais que a autora tenha conseguido distanciar-se relativamente aos principais problemas diagnosticados na teoria habermasiana, para Butler tal distanciamento benjaminiano ainda não foi suficiente.

De extrema importância para Benjamin, seguindo Habermas em alguns aspectos, é a noção de que a própria comunicação se torna veículo e exemplo de reconhecimento. (...) Ele ocorre por meio da comunicação, principalmente, mas não exclusivamente verbal, na qual os sujeitos são transformados em virtude da prática comunicativa em que estão engajados. (BUTLER, 2000/2016, p. 186)

Em tal perspectiva comunicacional, mantém-se ainda uma noção mínima de identidade subjetiva que se reporta à outra. Com isso, embora o modelo intersubjetivo de Benjamin tenha salientado a diferenciação entre a projeção interna do sujeito em relação a uma real relação com a alteridade, o sujeito de Benjamin não pode ser concebido como se situando para além de si, alienando-se nos posicionamentos do outro. Afinal, por mais que tenham objetivos parecidos em suas operacionalizações, os conceitos de cisão do *self* e descentramento do sujeito sustentam a diferenciação na qual, no primeiro, a

alteridade ocasionaria a não-unidade interna subjetiva, enquanto no segundo o sujeito, já de início não-coeso, perde-se na alteridade. E nesse esquema benjaminiano, a subjetividade se mostra minimamente coesa, por mais que não coerente.

Em complemento, ao se portar como exclusivamente inclusivo, e apesar de colocar a negatividade enquanto tensão ameaçadora de dissolução do reconhecimento, o espaço de reconhecimento mútuo de Benjamin não porta verdadeiramente a negatividade no interior do próprio reconhecimento. Para a autora, o reconhecimento seria instável justamente porque ele não pode ser vivido como completamente reconciliado, a sobrevivência da destruição não consegue ultrapassar completamente a negatividade, mas o espaço de reconhecimento permitiria uma convivência com a possibilidade constante e tensa da destrutividade retornar. Contudo, conviver com tal possibilidade de negatividade por tensão é algo bastante diferente de conviver diretamente com a própria negatividade como destruição envolvida no próprio reconhecimento.

Embora para Benjamin a destruição não seja só o meio necessário para a instalação do reconhecimento, mas também constitua o *processo sem fim* de alternância com o reconhecimento, a destruição não se encontra atuando diretamente no interior do espaço intersubjetivo de reconhecimento. A negatividade se encontra antes e depois do espaço intermediário, sendo que, no interior mesmo deste espaço, o que se convive é com a ameaça tensa de que a destrutividade possa se instaurar. Consequentemente, embora a teoria do reconhecimento de Benjamin seja de fato paradoxal, ela ocorre segundo um processo contínuo e temporal em relação à negatividade, mas não de forma dialética e simultânea a esta. Assim, o reconhecimento para Benjamin pode deixar para trás, mesmo que momentaneamente, a efetividade da dominação. Como admite a autora: "A renovação do reconhecimento na sequência de seu colapso não é um 'fim redentor da pré-história'; em vez disso, é uma parte necessária do *processo contínuo* de mudança individual e social." (BENJAMIN, 2012, p. 289, grifos nossos) Ou ainda: "Nossa visão relacional contemporânea é que a sobrevivência à destruição é relativa, não totalmente livre de retaliação ou desmoraonamento, como pensava Winnicott, mas suficientemente livre para *permitir o movimento de avanço*." (BENJAMIN, 2012, p. 290, grifos nossos) É assim que vemos, portanto, a acusação butleriana de que o terceiro de Benjamin se mostra harmônico, fruto da ultrapassagem da negação – mesmo que esta ocorra de forma momentânea, sendo novamente ultrapassada pela destruição.

Já para Butler, a negatividade e destrutividade não podem se dar processualmente, não se desenrolam por movimentações temporais paralelas. Para ela, a negatividade da dominação se encontra exatamente no momento do reconhecimento. Sua perspectiva, essencialmente conflituosa e plástica o tempo todo, revela a situação inescapável da formação da subjetividade como realmente simultânea à submissão pela dominação.

5. Considerações finais

Por mais que Benjamin recuse a possibilidade psicanaliticamente problemática de um *self* fora de si, como o sujeito ex-stático butleriano, tal pensamento seria decorrente justamente da premissa de Butler segundo a qual, desde o primeiro instante, já somos formados em subjugação, segundo as normas inescapáveis das determinações sociais: nós só somos, existimos e nos constituímos pela alteridade determinadora. Por isso, a negatividade e dominação operam simultaneamente ao reconhecimento, no mesmo momento, através dos mesmos atos, e não pode ser colocada em paralelo, processual ou temporalmente, ao reconhecimento.

Tal modelo crítico butleriano pode ser também vislumbrado nas escolhas de teorias psicanalíticas a serem comentadas e empregadas: a escolha por retomar Freud criticando-o, ao invés de negá-lo completamente escolhendo o emprego de outras teorias psicanalíticas, segue de uma perspectiva conceitual bastante importante. Por mais que Butler combata o Édipo patriarcal freudiano, sua alternativa por se vincular a uma teoria que entende o sujeito como reconhecido e simultaneamente dominado estaria relacionada a assunção das normas masculinistas e heteronormativas que de fato determinam (por repetição ritualística e performativa) a socialização humana, produzindo subjetivações em cada citação da lei.

Por isso, combater tais perspectivas patriarcais e edípicas a partir de seu próprio interior (e não as descartar por serem heteronormativas e masculinistas, procurando por uma saída matriarcal paralela) se constitui como uma exigência de um modelo que entende a dominação inescapavelmente vinculada à subjetivação. Não podemos nos livrar das normas heterossexistas e masculinistas nem mesmo nas escolhas teóricas, sobrando como única saída crítica trabalhar subversivamente contra a dominação humana, inclusive de gênero, a partir deste mesmo interior dominador. Este seria, a nosso ver, um encaminhamento verdadeiramente dialético e teórico crítico – nos sentidos de Marx e Adorno.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Jessica. "Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler". In: Norbert Ricken & Nicole Balzer (Org.) **Judith Butler: Pädagogische Lektüren**. Bremen: Springer VS, 2012, pp. 283-301.

BENJAMIN, Jessica. **Shadow of the Other – intersubjectivity and gender in psychoanalysis**. New York/London: Routledge, 1998.

BENJAMIN, Jessica. **The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination**. New York: Pantheon Books, 1988.

BUTLER, Judith. "Anseio de reconhecimento". **Equatorial**, v. 03, n. 05, 2000/2016, pp. 185-207.



BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder – teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 1997/2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam – os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1 edições, 1996/2019.

BUTLER, Judith. “Longing for Recognition: Commentary on the Work of Jessica Benjamin”. **Studies in Gender and Sexuality**, v. 3, p. 271-290, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990/2003.

CANSECO, Alberto. **Eroticidades precárias: la ontología corporal de Judith Butler**. Córdoba: Ed. Asentamiento Fernseh, 2017.

COSTA, Virginia H. Ferreira. “A historicização da herança geracional segundo a teoria freudiana: um imperativo para os estudos psicanalíticos feministas.” **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 58, p. 30-48, jan./abr. 2021.

COSTA, Virginia H. Ferreira. “Sobre o declínio da autoridade paterna: uma discussão entre teoria crítica e psicanalistas feministas.” In Parente, A. e Silveira, L. (orgs.) **Freud e o patriarcado**. São Paulo: Hedra, 2019.

FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia” In **Obras completas** volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 1914/2010.

FREUD, Sigmund. “O eu e o isso” In **Obras completas** volume 16. São Paulo: Companhia das Letras, 1923/2011.

HEGEL, Georg. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Beatriz. **Amor como condição de liberdade de si e do outro: repensando reconhecimento, dominação e alteridade a partir de uma leitura de Jessica Benjamin**. Dissertação (mestrado) – Unicamp, Campinas, 2020.

WINNICOTT, Donald. “O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações”. In: **Explorações psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

Recebido em: 15 de setembro de 2022.
Aceito em: 04 de março de 2023.
Publicado em: 16 de junho de 2023.

